



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS
GERAIS – CAMPUS OURO PRETO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

JOSEMEIRE ALVES PEREIRA

FAZENDINHA DONA IZABEL:
Gestão Cultural e patrimônio em comunidades negras e periféricas

Ouro Preto

2024

JOSEMEIRE ALVES PEREIRA

FAZENDINHA DONA IZABEL:

Gestão Cultural e patrimônio em comunidades negras e periféricas

Trabalho de Conclusão de Curso (em formato de artigo) apresentado ao curso de ESPECIALIZAÇÃO EM CONSERVAÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, ofertado pelo *campus* OURO PRETO do Instituto Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para a obtenção do título de ESPECIALISTA em GESTÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.

Orientador: Maria Cristina Rocha Simão

Ouro Preto

2024

P436f

Pereira, Josemeire Alves.

Fazendinha Dona Izabel [manuscrito] : gestão cultural e patrimônio em comunidades negras e periféricas / Josemeire Alves Pereira. – 2024.
24 f. : il.

Orientadora: Maria Cristina Rocha Simão.

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) – Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Preto, 2024.

1. Patrimônios negros. 2. Patrimônio cultural - Proteção. 3.
Fazendinha Dona Izabel. I. Simão, Maria Cristina Rocha. II. Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Preto. III. Título.

CDU: 719

Catálogo: Kelly Cristiane Santos Morais - CRB-6/3217



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Campus Ouro Preto
Diretoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
Seção de Pós-Graduação
Av. Professor Mário Werneck, 2590 - Bairro Bunitas - CEP 30575-180 - Belo Horizonte - MG
- www.ifmg.edu.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

JOSEMEIRE ALVES PEREIRA

**FAZENDINHA DONA IZABEL:
gestão cultural e patrimônio em cidades negras e periféricas**

Trabalho de
Conclusão de Curso
(em formato de
artigo) apresentado
ao curso de
ESPECIALIZAÇÃO
EM
CONSERVAÇÃO
E GESTÃO DO
PATRIMÔNIO
CULTURAL,
ofertado pelo
campus OURO
PRETO do Instituto
Federal de Minas
Gerais, como parte
dos requisitos para a
obtenção do título
de ESPECIALISTA
em GESTÃO E
CONSERVAÇÃO
DO PATRIMÔNIO
CULTURAL.

Aprovada em 25 de abril de 2024, pela banca examinadora:

Profa. Dra. Maria Cristina Rocha Simão IFMG Campus Ouro Preto (Orientadora)

Prof. Ms. Alan Oziel da Silva Pires Prefeitura de Belo Horizonte

Profa. Dra. Gabriela de Lima Gomes UFOP

Belo Horizonte, 11 de julho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Rocha Simao, Professora**, em 15/07/2024, às 15:46, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA DE LIMA GOMES, Usuário Externo**, em 16/07/2024, às 13:34, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Oziel da Silva Pires, Usuário Externo**, em 22/07/2024, às 13:34, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **1969776** e o código CRC **6CE5160A**.

23213.001230/2024-71

1969776v1

FAZENDINHA DONA IZABEL:

Gestão Cultural e patrimônio em comunidades negras e periféricas

FAZENDINHA DONA IZABEL:

Cultural management and heritage in black and peripheral communities

Josemeire Alves Pereira,
Especialização em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural, IFMG-Ouro Preto,
josemeire.hist@gmail.com

Maria Cristina Rocha Simão (Orientadora),
Especialização em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural, IFMG-Ouro Preto,
cristina.simao@ifmg.edu.br

RESUMO

A Fazendinha Dona Izabel está localizada na Barragem Santa Lúcia, em Belo Horizonte-MG, e foi tombada em 1992, a pedido de moradoras/es; tornando-se símbolo de uma iniciativa inédita até então: o reconhecimento de um bem situado numa comunidade de favelas como patrimônio da cidade. Construído entre fins do século XIX e início do XX, o imóvel é documento-testemunho das experiências de africanas(os) e seus descendentes, majoritariamente livres, que inscreveram suas vivências naquelas terras bem antes de 1888. Ele testemunha ainda a formação da comunidade, a partir da chegada de famílias negras que, no Pós-Abolição – especialmente no advento da construção da Nova Capital –, migraram do interior do estado de Minas Gerais e de outras regiões do país. Partindo da análise dos processos de patrimonialização e do recente restauro de uma edificação localizada em uma das primeiras favelas da capital mineira, o artigo propõe à discussão a relação entre comunidade e poderes governamentais envolvidos na promoção de políticas públicas de memória, com atenção à especificidade dos desafios epistemológicos e de gestão de patrimônios configurados a partir de experiências negras no território.

Palavras-chave: Patrimônios Negros. Gestão do Patrimônio Cultural. Políticas Públicas. Belo Horizonte/MG. Fazendinha Dona Izabel.

ABSTRACT

Fazendinha Dona Izabel is located in Barragem Santa Lúcia, Belo Horizonte-MG (Brazil). It was recognized as city's Cultural Heritage in 1992, at the request of residents. By that act, the edification became a symbol of an unprecedented initiative until then: the recognition of a property located in a favela community as a city heritage. Built between the end of the 19th century and the beginning of the 20th, the property is a testimony-document of the experiences of African people and their descendants, mostly free, who inscribed their experiences in those lands well before 1888 (Slavery Abolition in Brazil). It also testifies to the formation of that community, from the arrival of black families who, in the Post-Abolition period – especially in the advent of the construction of the Nova Capital (later named Belo Horizonte) –, migrated from the interior of the state of Minas Gerais and from other regions of the country. Based on the analysis of patrimonialization process documents and the recent restoration of the building located in one of the first favelas in the capital of Minas Gerais, the article proposes for discussion the relationship between the community and government powers involved in promoting public memory policies, with attention to the specificity of the epistemological and heritage management challenges configured from black people experiences in the territory.

Keywords: Black Historical and Cultural Heritages. Cultural Heritage Management. Public policy. Belo Horizonte/MG (Brazil). Fazendinha Dona Izabel.

Data de submissão: 25/06/2024

Data de aprovação: 25/04/2024

INTRODUÇÃO

Em uma tarde do ano de 2005, um grupo de estudantes de diversos cursos da UFMG e moradores da comunidade do Aglomerado Santa Lúcia, região Centro-Sul de Belo Horizonte, dirigia-se – câmara e gravadores em mãos –, a diferentes transeuntes que frequentavam as pistas do Parque Jornalista Eduardo Couri, aos pés da Barragem Santa Lúcia, na região Centro-Sul de Belo Horizonte, Minas Gerais, com a seguinte pergunta: “Você sabia que ali em frente, existe uma casa antiga, tombada, reconhecida como patrimônio de Belo Horizonte?” As respostas, negativas quando vinham de quem não morava no morro e estava ali pela prática do *cooper*, eram todas permeadas pela surpresa – quase espanto –, olhos em direção às casas da favela, aparentemente sobrepostas e enunciando modos de morar e outros signos de vida que contrastavam com os demais bairros de classe média e alta do entorno da Praça e seu espelho d’água.

Quem vivia na comunidade e passava por ali, indo e vindo do trabalho ou chegando com compras feitas em algum supermercado próximo, ou mesmo de paragens mais distantes, manifestava conhecer a casa, mas nem sempre o tombamento; as gerações mais jovens e as crianças conheciam a “fazenda velha” ou “fazendinha” também por terem ouvido dizer que ela era “do tempo dos escravos”... Parte desses diálogos foi registrada no vídeo [“Casa da Fazendinha” \(CASA, 2005\)](#), que resultou dos trabalhos desenvolvidos por aquele grupo, que integrava o Projeto *Memória Aglomerado Santa Lúcia - Para além do Horizonte Planejado*, em parceria entre o Projeto Conexões de Saberes na UFMG, a Associação de Universitários do Morro e a Associação Cultural Casa do Beco¹.

O registro apresenta ainda parte da entrevista realizada pelo grupo com Maria Izabel Rocha de Magalhães, moradora e antiga proprietária do casarão, desde a década de 1970. Na entrevista, da qual foram extraídos fragmentos que integram o vídeo, Dona Izabel, uma mulher negra, fala de sua relação com a casa, com o processo de tombamento – destacando, desde a maneira como ela própria foi relativamente ignorada como parte interessada, tanto nas reuniões ocorridas na comunidade, nas quais se decidiu pela reivindicação do tombamento, quanto nos momentos posteriores ao tombamento –; e também sobre a difícil relação com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, após o tombamento, que coibia de maneira hostil as ações de reforma que a moradora desejava realizar no casarão, sem apresentar solução que evitasse o

¹ O projeto *Conexões de Saberes: diálogos entre a Universidade e as comunidades populares* era, então, o piloto de uma ação posteriormente replicada em outras universidades federais, por iniciativa do Ministério da Educação (MEC). Na UFMG, foi sediado naquele primeiro momento, na Faculdade de Educação-FAE; tornando-se, nos anos seguintes, um Programa de ações de pesquisa e extensão. Posteriormente constituiu-se como um Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão. A proposta do *Conexões*, naquela sua fase inicial era promover interlocuções entre os conhecimentos acadêmicos e aqueles considerados como “saberes populares”. O vídeo aqui referido, produzido nesse contexto, integra os resultados de um processo de produção de conhecimento experimentado pela equipe do projeto no Aglomerado Santa Lúcia, comunidade onde está localizada a Fazendinha Dona Izabel (Casarão da Barragem ou Casa da Fazendinha, como também é conhecido o bem). A experiência envolveu construção de metodologia específica de pesquisa, em profunda interação entre estudantes da UFMG e moradoras(es) da Comunidade, representados pelas instituições mencionadas; tendo sido realizada, além de vasta pesquisa em acervos da cidade, uma ação denominada “Cortejo da Memória”. No “Cortejo”, o grupo percorreu as ruas de três das cinco comunidades que constituíam o Aglomerado, com recursos teatrais que exploravam o lúdico para interagir com a comunidade, dialogando com antigas(os) moradoras(es) em pontos específicos e significativos do lugar, promovendo um exercício de memória a partir das narrativas da comunidade sobre suas vivências e percepções sobre sua história. Durante esta ação foram produzidos registros audiovisuais que subsidiaram a produção da Revista da Laje (CRUZ, et al., 2005). Testemunhei os acontecimentos relatados no início desta Introdução como pesquisadora integrante do Projeto Conexões de Saberes e moradora da comunidade, durante o período de 2005 e 2007, vigência daquela primeira experiência do Projeto e de sua parceria com o Aglomerado Santa Lúcia.

agravamento do arruinamento da edificação. Ela manifestava, na ocasião a entrevista, seu desejo de ver a Fazendinha restaurada, embora não acreditasse que isto fosse ocorrer, já que entendia que, para a cidade, a casa não era tida como importante.

A descrença de Dona Izabel decorria especialmente de suas vivências e percepções sobre a relação do poder público municipal com a casa, desde o Tombamento, e nos convidam a indagar sobre as razões da relativa negligência com a preservação do bem – já que, como veremos, a Prefeitura atuava fiscalizando eventuais intervenções não autorizadas no casarão, mas não atendia à solicitação da proprietária para prover o restauro do imóvel, tal como a lei determinava, nos casos em que o proprietário não dispusesse de recursos para as obras. Do mesmo modo, o desconhecimento da população não moradora da Barragem sobre a existência daquele bem aponta para a necessidade de melhor compreensão sobre os fundamentos socioculturais e os efeitos dessa negligência.

Afinal, a preservação do patrimônio cultural no Brasil apresenta-se como desafio permanente, considerando-se, dentre outros fatores, a escassez de recursos disponibilizados para as políticas culturais no país – situação que se reafirma no âmbito dos municípios, como Belo Horizonte. Não é incomum observarmos pelas ruas das cidades, o tom de quase clamor de antigos casarios resistindo à ruína e ao abandono, com seus signos arquitetônicos que parecem evocar o direito à existência da lembrança das distintas paisagens constituídas pelo vivido de muitas gerações. Em muitos casos, contudo, como ocorre com os casarões de estilos diversos, construídos a partir de fins do século XIX, coetâneos à criação de Belo Horizonte e situados na região central da cidade – ou mesmo com a antiga sede da Fazenda do Leitão que remete a tempo colonial, quando no território existia o povoado do Curral del Rei –, o discurso histórico que subsidia os tombamentos e mobiliza atenções para a necessidade da preservação desses bens faz referência à memória histórica de cidades que se constituem e se narram a partir da naturalização – não tão silenciosa – de relações sociais profundamente marcadas pela racialização (ALBUQUERQUE, 2009) e pelas discriminações sociorraciais.

Na sessão seguinte serão apresentados aspectos da história desse bem tombado, recentemente nomeado Fazendinha Dona Izabel, em homenagem à sua antiga moradora, e dos processos de mobilização social que constituíram sua existência e marcam sua singularidade no cenário de constituição e consolidação das políticas de produção de memória e representação social por meio dos processos de patrimonialização na cidade de Belo Horizonte.

1 DE CASARÃO DA BARRAGEM A FAZENDINHA DONA IZABEL

Casa da Fazendinha era – e ainda é – o termo utilizado pela comunidade para referir-se ao casarão antigo, localizado nos limites do território que atualmente compreende a comunidade da Barragem Santa Lúcia, uma das cinco que compõem o lugar conhecido como Aglomerado Santa Lúcia, em Belo Horizonte. A edificação tombada está situada, mais precisamente à Avenida Artur Bernardes, 3120, em frente ao espelho d'água, quadras esportivas, pistas e demais instalações do Parque Jornalista Eduardo Couri, interposto nos limites entre a Barragem e os bairros Luxemburgo, Vila Paris, São Bento, Santa Lúcia e Santo Antônio.

Vista da Barragem Santa Lúcia, a partir do Bairro Luxemburgo – Belo Horizonte/MG
(Casarão da Barragem ao centro)



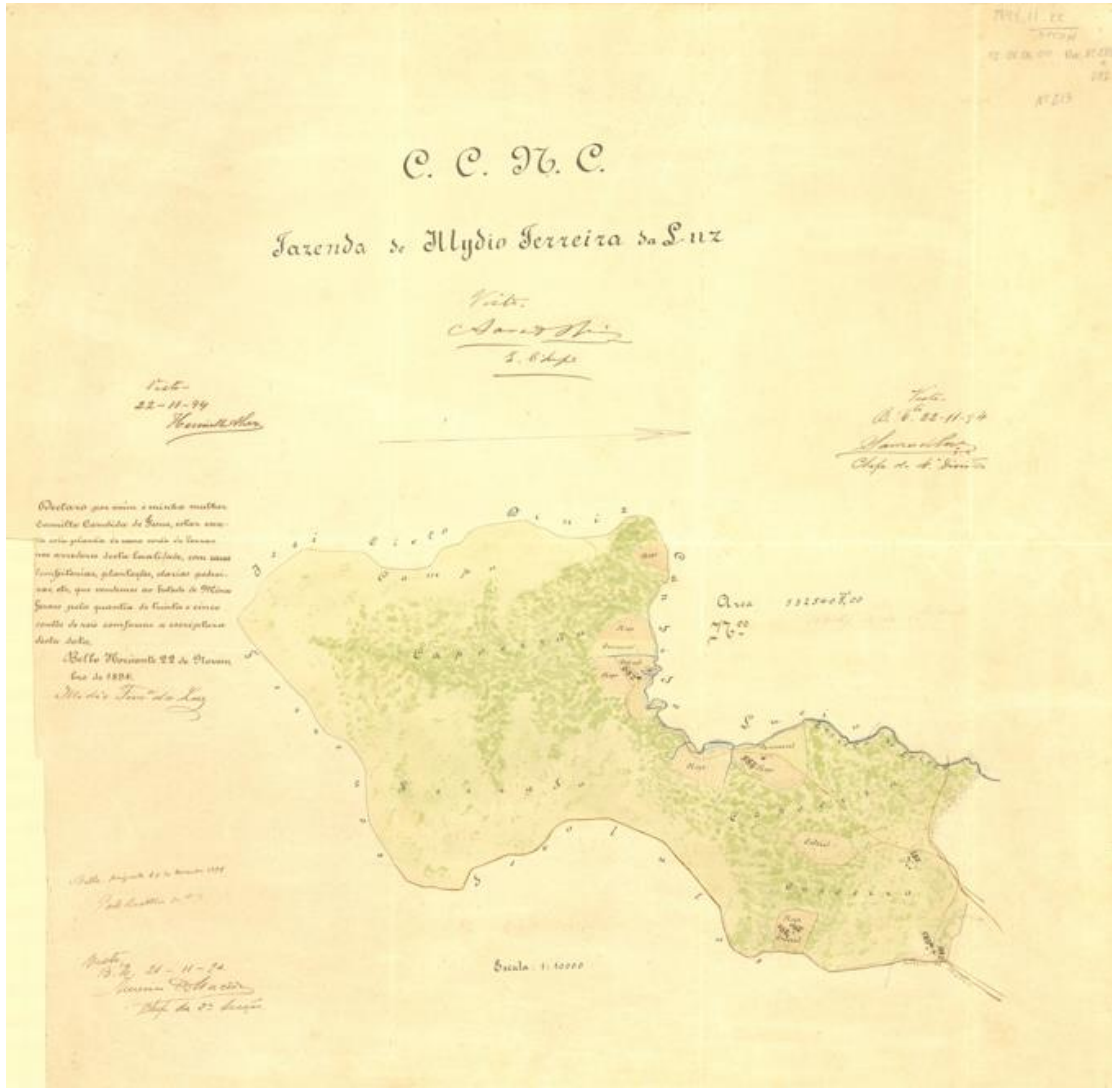
Fonte: PEREIRA, 2012.

De acordo com o Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte (CASTRO, 2006), o imóvel é uma construção de estilo “ecletico 1ª fase com influência neoclássica”, de uso residencial tanto na origem como até a contemporaneidade², e tombado integralmente em nível municipal, em 22 de outubro de 1992. Arquiteto e construtor da edificação não foram identificados e a data de construção registrada no Guia é 1894.

Entretanto, a última informação soa imprecisa, considerando que a data se refere, na verdade, à transferência da Fazenda do Cercadinho – que, em princípio, de acordo com o pequeno dossiê que acompanhou o pedido de Tombamento enviado pelos moradores da Barragem à Prefeitura, em 1992, teria sido a fazenda à qual estaria vinculado o casarão –, com suas benfeitorias ao Governo do estado de Minas Gerais, por ocasião da construção da nova Capital. Essa Fazenda possuía, à época, duas casas denominadas respectivamente, “Fazenda Velha” e “Fazenda Nova”, sendo a última indicada no Processo de Tombamento, como sendo o Casarão da Barragem. Contudo, Alessandro Bossagli, estudando mapas das fazendas do Curral del Rei, considera que a Fazendinha foi construída dentro dos limites da Fazenda do Capão, que divisava com a do Cercadinho e com outras da região.

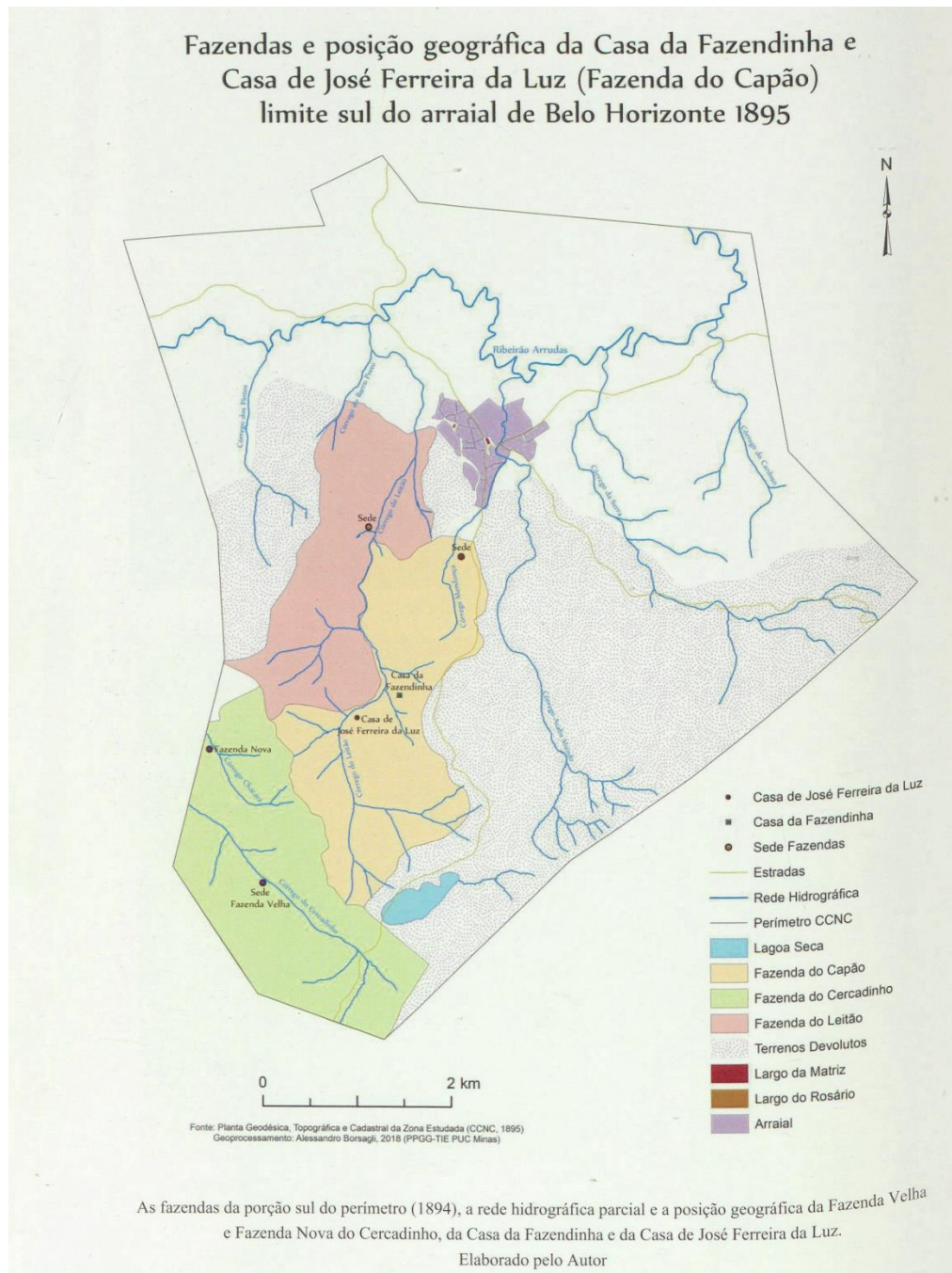
² Situação que se perpetuou até o advento das obras de restauro, que ocorreram, como veremos, a partir dos últimos 3 anos.

Mapa da Fazenda do Capão elaborado pela
Comissão Construtora da Nova Capital, 1894



Fonte: ACPBH, s. d.

Localização da Casa da Fazendinha



Fonte: BORSAGLI, 2020.

A despeito de ter sido reconhecida como patrimônio cultural da cidade há mais de 20 anos e ser valorizada pelos moradores da comunidade como referência para as memórias pessoais e da própria constituição da comunidade (PEREIRA, 2012), até bem pouco tempo a Fazendinha era praticamente desconhecida fora da comunidade, como foi possível observar na Introdução. Com efeito, como já sinalizado, é importante ter presente que a edificação está situada a poucos metros de outro casarão legado dos tempos do Curral Del Rei fortemente inserido na memória histórica da cidade – o Casarão da Fazenda do Leitão, atual sede do Museu Histórico Abílio Barreto, situado à Avenida Prudente de Moraes. Este último é tradicionalmente reconhecido como “o único exemplar arquitetônico remanescente do Curral Del Rei”. A despeito das diferenças de tratamento dispensadas pelo poder público e pelas classes sociais

economicamente favorecidas da cidade a cada uma, ambas as edificações, podem ser consideradas monumentos, no sentido a eles conferidos pelo historiador Jacques Le Goff (2013), enquanto documentos/testemunhos que informam sobre as diferentes temporalidades e experiências sociais de que participam ao longo do tempo.

No caso da Casa da Fazendinha, em linhas gerais, seus aspectos arquitetônicos apresentam vestígios da ruína de uma primeira construção em estilo colonial, sobre a qual foi erguida, provavelmente entre fins do século XIX e primeiras décadas do XX, o casarão em estilo eclético de 1ª. fase, com influência neoclássica, conforme anteriormente mencionado, a partir do Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte (2006). Estas informações, para além da mera constatação sobre os aspectos materiais do bem tombado, nos convidam a indagar sobre as pessoas que o habitaram, ao longo do tempo; também sobre as relações familiares, de trabalho, sociais e de poder de que participavam. Inspiram a buscar compreender, enfim, o que o signo que constitui este patrimônio nos possibilita conhecer sobre a cidade, em diferentes temporalidades.

Por essa casa centenária, atualmente circundada por edificações que denotam diferenças socioeconômicas altamente contrastantes – as casas da favela no entorno imediato e, à frente, os prédios de elevado padrão construtivo que foram se instalando em volta do Aglomerado Santa Lúcia, ao longo das décadas, em grande medida, graças a cada vez mais intensificado processo de gentrificação – já passaram diferentes gerações de pessoas abonadas e também, maiormente, de pessoas de ascendência africana e empobrecida, desde o século XIX. Muito embora não tenha sido possível apurar com exatidão quem foram todas elas, a documentação evidencia algumas possibilidades interpretativas.

De acordo com a Lista de Habitantes da Freguezia de Nossa Senhora da Boa Viagem o Curral Del Rey (TASSINI, 1928), habitavam à rua do Capão, dentre outros livres e escravizados, as seguintes pessoas: Antônio da Costa, cabra, livre, viúvo, de 54 anos, juntamente com suas familiares Ana Ribeiro Moreira, 32 anos, Maria, 19 e Francisca, 13 (cujos parentescos não foram indicados na fonte) e sua neta, Francisca. Na mesma rua, ainda constam: Maria Ribeiro, preta, solteira, também livre, de 62 nos e cujo núcleo familiar era composto por Sebastião, 68 anos, sua mulher, Serafina, de 32, as filhas e filhos do casal: Delfina, Bárbara e Manoel, Francisco e Maria, - respectivamente com as idades de 16, 13, 12, 9 e 4 anos. Na mesma rua residiam Joaquina Maria, branca, de 76 anos e aquelas(es) tidas(os) como seus escravizados(as): José (arrolado como escravizado, mas indicado também como exposto), de 11 anos, Joaquim, 43, Rosa, creoula, 31, Praxedes, 28, Clara, 29, Alexandrino, creoulo, 13, Maria, 4, Tereza, escrava coartada (sic), 61, Joana, Angola, 40 e Francisco, 31, creoulo.

Ainda de acordo com a mesma fonte, vizinhos às(aos) moradoras(es) da Fazenda do Capão, estavam o Padre João de Souza, de 57 anos, que residia na região do Cercado, à mesma época, além das pessoas tidas como escravizadas(os) do Padre João de Souza: José, de 47 anos; Joaquina Maria, de 58, seu filho João, de 16 anos e sua filha Maria, de 12. Vizinha ao Padre João, na mesma Fazenda do Cercado, residia D. Maria de Oliveira, solteira, sem filhos, de 67 anos, a quem estavam relacionados, no mesmo documento, os escravizados Manoel, classificado como Preto, com 71 anos; Manoel, classificado como Angola, de 53 anos; Ancelmo, de 24 anos; Vitória, de 46 e Anastácio, de 50 anos, identificado como “crioulos forros”. E os exemplos da presença de gente reconhecida, sob os critérios de classificação da época, como preta, africana ou parda não se esgotam, para o Curral del Rei, ao longo do século XIX (PEREIRA, 2019).

Não sabemos os destinos dos descendentes destas pessoas escravizadas ou mesmo das pessoas de ascendência africana libertas ou já nascidas livres. Mas não é exagerado inferir que pelo menos boa parte deles tenha permanecido no território das antigas fazendas, incluindo a do Capão. Quiçá tenham se integrado às turmas de trabalhadores e trabalhadoras negras que migraram para a então Cidade de Minas, quando da construção da Nova Capital, já na condição

de libertas/os, no Pós-Abolição, participando como operários das obras, ou mesmo nos trabalhos de produção agrícola que viabilizava a subsistência de quem vivia no arraial já afetado pelas transformações que sobre ele incidiam a partir do Plano da nova cidade. Isto porque, contrapondo-se ao discurso perpetuado sobre a construção da cidade, de que todos os moradores do Curral del Rei foram desapropriados para a construção de Belo Horizonte, há evidências da permanência de pessoas africanas ou negras (descritas na documentação como pretas ou pardas), nas antigas fazendas locais, para além dos limites da atual Avenida do Contorno, que delimita o centro urbano da Capital. (PEREIRA, 2019, p. 87-89).

Durante os anos de 1899 e 1914, a região onde está situado o Aglomerado Santa Lúcia e alguns dos bairros vizinhos, correspondendo também à abrangência da antiga Fazenda do Capão, abrigou a Colônia Agrícola Afonso Pena. Considerando os aspectos arquitetônicos da edificação concernentes à fase construtiva da segunda metade do século XIX, é possível sugerir que a Fazendinha tenha servido como sede da Colônia – o que não foi possível comprovar, devido ao caráter lacunar da documentação referente a esta Colônia, especificamente (AGUIAR, 2006). Sabe-se, a partir de relatos de moradoras antigas da Vila Estrela – uma das comunidades do Aglomerado Santa Lúcia, vizinha à Barragem Santa Lúcia –, que desde, pelo menos a primeira década do século XX, que coincide com o período de vigência da Colônia Afonso Pena, havia significativa presença de trabalhadores negros e suas famílias atuando como agricultores nas fazendas da região ou mesmo prestando serviços domésticos às famílias de funcionários públicos da nova cidade, que residiam próximo à Colônia.³ Estas mesmas famílias seguiram no território, após o fim da Colônia Afonso Pena, somando-se a novas levas de migrantes do interior do estado, que para ali afluíam cada vez mais intensamente, a partir dos anos 1940, marcando a formação das comunidades que hoje constituem o Aglomerado Santa Lucia. Muitas destas famílias, desde então, passaram a trabalhar na Olaria Santa Maria, provavelmente remanescente do período da Colônia – ou mesmo da Fazenda do Capão, que contava com este tipo de benfeitoria, e que nos anos 1950, seguia em funcionamento. Esta Olaria pertencera, segundo os moradores, a antigos proprietários da Casa da Fazendinha.

Podemos afirmar, assim, que este bem referencia elementos de constituição da cidade, testemunhando aspectos historicamente negligenciados nas narrativas de memória sobre Belo Horizonte, notadamente: a presença longeva de população negra na região e a formação de uma comunidade de favela.

2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL, GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E PRODUÇÃO DE MEMÓRIA

O tombamento do “Casarão da Barragem”⁴ ocorreu a 22 de outubro de 1992, mediante reunião do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH), registrado em parecer. Mas esta não se tratou de uma iniciativa do próprio Conselho, como de praxe à época. A decisão decorreu de solicitação enviada, por via de ofício, pela União Comunitária da Barragem Santa Lúcia (UCBSL) – associação local – ao referido Conselho, doze dias antes.

Tratava-se de uma situação inédita, naquele contexto de implementação das próprias políticas culturais e, mais especificamente, daquelas voltadas à proteção ao patrimônio no município, conforme já se estabelecera por lei (PEREIRA, 2012). Note-se que Belo Horizonte, nesse período pós ditadura civil-militar e imediatamente após o estabelecimento da Constituição Federal de 1988, vivia seu primeiro governo de viés mais progressista, com a eleição do Prefeito Patrus Ananias. E, conforme bem explicitou a pesquisadora Camila Contão (2022), em sua dissertação *A Memória da Presença Negra nos Horizontes da Cidade: O Festival Internacional de Artes Negras – FAN (1995)*, a constituição das políticas municipais

³ PEREIRA, 2019, *op. cit.*

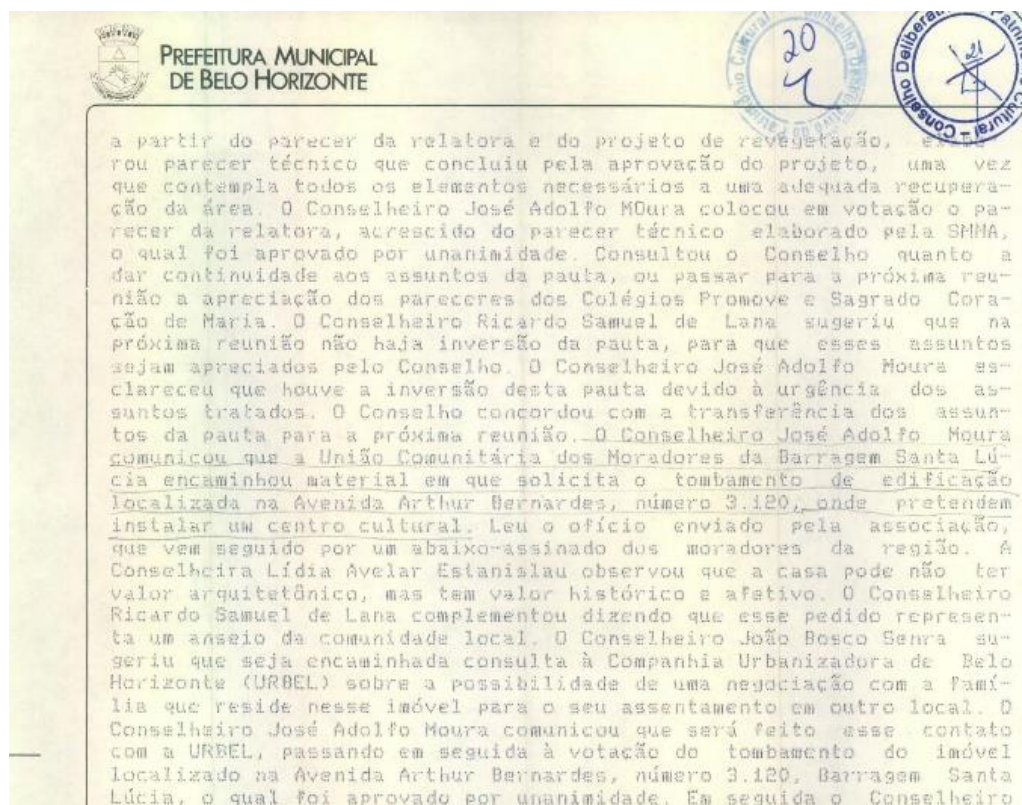
⁴ Denominação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte ao bem.

de cultura contou com forte incidência de intelectuais e artistas negras e negros, reivindicando atenção de tais políticas à forte presença negra na cidade, com algumas conquistas pontuais como o Festival Internacional de Artes Negras e o tombamento do território da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá e do Terreiro Ilê Wopo Olojukan.

De todo modo, o pedido daquelas pessoas moradoras do Aglomerado Santa Lúcia, constituía-se algo que se faz raro ainda na contemporaneidade: o fato de uma comunidade de favelas, que tem a maioria de sua população constituída por pessoas negras, solicitar o reconhecimento de um bem como patrimônio do município.⁵

Na solicitação, moradoras e moradores que assinavam o documento⁶ reivindicavam o tombamento e a restauração da “Fazendinha” e que fosse instalada na casa antiga “um Centro Cultural com biblioteca, oficinas, cursos de formação cultural, como prevê a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte”; indicando-se ainda, no mesmo documento: “Pretende-se estruturar uma gestão coletiva do Centro Cultural com a poio da S. M. C. P. D.”.

Fragmento da Ata de Reunião do Conselho Deliberativo do Patrimônio do Município de Belo Horizonte (22. 10. 1992)



Fonte: BELO HORIZONTE, s.d.


A relatora do processo, Lídia Avelar Estanislau, foi sensível e perspicaz na defesa do tombamento, argumentando que ainda que o bem não fosse reconhecido por seu valor arquitetônico – um dos principais, senão o principal, a guiar os trabalhos do Conselho em defesa da patrimonialização de imóveis ameaçados pela ação intensiva e em expansão do mercado

⁵ É importante ter presente que demandas oriundas das comunidades interessadas foram acolhidas mais recentemente pela municipalidade, que reconheceu como patrimônio imaterial de Belo Horizonte 3 dos 5 quilombos já auto reconhecidos como tais, na cidade; e o Largo do Rosário.

⁶ A íntegra da lista de “abaixo assinados” que integra o Ofício conta com 61 assinaturas, além das do Presidente e Vice-Presidente da UCBSL. Cf. PBH. Processo 01 004 713 9649.


imobiliário na cidade, à época – merecia ser tombado, devido ao seu valor histórico e afetivo para a comunidade. A mobilização da comunidade, representada por participantes de diferentes movimentos sociais e culturais ali atuantes – pastorais da Igreja Católica, participantes das equipes da Gincana promovida pelo Grupo de Jovens Juventude Unida da Barragem Santa Lúcia, participantes de Conselhos de Saúde e de movimentos de luta por moradia, Rádio Popular, creches, dentre outros – e o poder de articulação política das lideranças locais, demonstraram-se definitivos para que, somados à competência técnica e sensibilidade social da relatora em sua análise e avaliação do pedido, resultassem na aprovação unânime do tombamento pelo Conselho.

**Fragmento do Ofício com Abaixo-Assinado enviado pela
União Comunitária da Barragem Santa Lúcia ao Conselho
Deliberativo do Patrimônio do Município de Belo
Horizonte (10. 10. 1992)**



**União Comunitária
da Barragem Santa Lúcia**
CGC 17.397.613/0001-07

Rua Principal nº 05 - 2º andar - Cep 30.350 - Telefone: 296-1941
Barragem Santa Lúcia - Belo Horizonte - Minas Gerais



Ilma. Sra.
Berenice Menegale
DD. Presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de
Belo Horizonte

Os abaixo assinados, membros da União Comunitária e moradores da Barragem Santa Lúcia, mui respeitosamente vêm a V.Sa. para requerer o tombamento do imóvel situado à Av. Arthur Bernardes, 3120, Barragem Santa Lúcia, pelo que passam a expor:

I - Descrição do imóvel: Endereço: Av. Arthur Bernardes, nº 3120. Área: 1240 m2 em um arrimo de 12 X 0,70 m. A casa é construída em 2 pisos tendo 13 cômodos na parte de cima e 9 cômodos na parte de baixo.

A linha perimétrica do terreno começa no nº 3120 da Av. Arthur Bernardes, seguindo a direita até a divisa do Beco Ari, segue esta divisa até a parte posterior do terreno, agora dividindo com a Rua Capelinha e Rua Principal em linha reta, até a divisa com o Beco Ari na parte lateral do terreno em direção à R. Capelinha virando a esquerda na Rua Principal até o ponto de partida, fechando a presente linha perimétrica.


II - HISTÓRICO: Trata-se de uma construção de aproximadamente 100 anos, feita em adobe. Era a sede da Fazenda do Sr. Leitão, onde existia a Cerâmica Santa Maria (área da Colônia Afonso Pena) e que marcou o início da ocupação da área, hoje com 40.000 habitantes.



III- SITUAÇÃO ATUAL: D^a. Maria Isabel Rocha Magalhães (52 anos), doméstica mora há 30 anos, com 7 filhos adultos e 15 netos de 5 meses a 16 anos de idade. Segundo, D^a. Isabel, seu marido foi morto quando adquiriu a casa.

A casa conta com 22 cômodos nos 2 pisos, está com 4 cômodos isolados por causa de goteiras num dos dos cômodos da parte de baixo

Fonte: BELO HORIZONTE, s.d.

Ata de Reunião do Conselho Deliberativo do Patrimônio do
Município de Belo Horizonte, em que consta a aprovação
do Tombamento do Casarão da Barragem (22. 10. 1992)

 PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONSELHO DELIBERATIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO


DELIBERAÇÕES

O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, reunido em sessão ordinária, às quinze horas e trinta minutos do dia vinte e dois de outubro de 1992, deliberou:

- 1) tombar integralmente a edificação situada na Rua Espírito Santo, nº 757, denominado "Condomínio Álvaro José dos Santos" - Lote 5, quarteirão 33, 3ª Seção Urbana;
- 2) tombar o volume, as fachadas, a cobertura e o hall de acesso da edificação situada na Avenida Afonso Pena, nº 952, conhecido como "Condomínio Edifício Guimarães" - Lotes 2, 3 e 4, quarteirão 33, 3ª Seção Urbana;
- 3) tombar a edificação situada na Avenida Arthur Bernardes, nº 3.120, Barragem Santa Lúcia, reconhecendo legitimidade e pertinência no requerimento encaminhado ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município por moradores da região.

Publique-se no prazo de oito dias.

Belo Horizonte, 22 de outubro de 1992


Berenice Menegale
Presidente do Conselho

mfb/s/

A despeito da conquista do tombamento, foram protelados o restauro e a instalação do Centro Cultural, conforme requerido a partir das necessidades da comunidade – que, à época, não dispunha de nenhum equipamento cultural (público ou privado) para atendimento aos moradores e, em especial, às crianças e jovens. Isto, apesar dos esforços iniciais da mesma associação de moradores, que se empenhara no estabelecimento de parcerias com a Escola de Arquitetura da UFMG, por exemplo, com vistas ao início dos estudos que viabilizassem os projetos de restauro.

Como resultado deste esforço, o Processo (Dossiê) que documenta o tombamento e seus desdobramentos, apresenta, para além de documentação resultante destes estudos, diferentes projetos – incluindo um de restauro e agenciamento do uso do espaço, conciliando a função de moradia, o que viabilizaria a permanência das famílias que habitavam de longa data o casarão. Estes projetos foram elaborados por arquitetos reconhecidos em seu campo de trabalho, nacional e internacionalmente. Mas não chegaram a ser concretizados, devido a muitos fatores, dentre os quais se destaca o impasse estabelecido desde 1997, entre a prefeitura e Dona Izabel. Ela, como já mencionado, ciente de que a legislação municipal estabelecia que cabia à administração municipal a responsabilidade por empreender o restauro do bem, caso o proprietário comprovasse não ter recursos para fazê-lo, acionou esta instância do poder público, para evitar que o estado de arruinamento do casarão, que já colocava o bem e as vidas dos moradores em risco, se agravasse. A prefeitura, contudo, alegava que para realizar as obras precisaria remover as famílias do imóvel. Mas não oferecia garantia de alternativas ou mesmo de que as famílias poderiam voltar para a casa. Dona Izabel relatou, em diferentes ocasiões (PEREIRA, 2012), que a situação que já se arrastava há alguns anos, a estava adoecendo, pois ela vivia temerosa de que fosse obrigada a deixar a casa que fazia parte de sua história de vida pessoal e familiar de maneira tão intrínseca.

Em 2006, diante de queda de uma das árvores do terreno ocasionando a destruição de uma parte do telhado do casarão, a equipe do já referido Projeto *Memória Aglomerado Santa Lúcia - Para além do Horizonte Planejado* mobilizou uma campanha de doações de recursos para compra de materiais para a recomposição da parte danificada. Além disso, divulgou a situação de abandono em que se encontrava o casarão, enfatizando as perspectivas de Dona Izabel em relação à situação vivenciada. Uma das matérias que ampliava a mobilização da opinião pública sobre a gravidade da situação foi publicada no Jornal Estado de Minas, em 12 de julho de 2006. Mesmo após o restauro do telhado, o estado de deterioração da casa seguia oferecendo risco aos moradores e agravou-se após o falecimento de Dona Izabel, em 2011.

Matéria do Jornal Estado de Minas, sobre Restauração do Telhado da Fazendinha, 2006



Fonte: APCBH, 2006.

Visita do Secretário Municipal de Cultura e do Presidente da Fundação Municipal de Cultura à Fazendinha (2018)



Fonte: CASA DO BECO, 2018.

Observa-se, ao longo deste tempo, uma postura de abandono e negligência do poder público municipal em relação ao bem, até meados de 2018, ocasião na qual ocorreu a visita do então Secretário Municipal de Cultura, Juca Ferreira, e do Presidente da Fundação Municipal de Cultura, Romulo Avelar, à Fazendinha, interessados em ouvir as famílias moradoras do casarão, a partir de interlocução inicial com a Casa do Beco e com a família de Dona Izabel, com vistas a buscar viabilizar o restauro.

Em meados do ano seguinte, já em outra gestão do setor de cultura, o processo teve continuidade a partir da interlocução iniciada entre representantes da Diretoria de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – que inicialmente, naquele momento, procurava novamente a Associação Cultural Casa do Beco, que está sediada ao lado da Fazendinha, para que mediasse diálogos com a família de Dona Izabel para viabilizar o restauro.

Cabe ter presente que, já na reunião em que se deliberou sobre o tombamento, em 1992, alguns integrantes do Conselho Deliberativo do Patrimônio sinalizavam a necessidade de acionamento da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) “sobre a possibilidade de uma negociação com a família que reside nesse imóvel para seu assentamento em outro local” (BELO HORIZONTE, S. D.). Além disto, como já indicado, a Prefeitura obistou ao atendimento à reivindicação da própria Dona Izabel pelo restauro, condicionando-o à retirada das famílias do casarão. Tendo isto em conta, a equipe gestora da Casa do Beco, que desde 2005, tem se aproximado da história da Fazendinha a partir do diálogo com Dona Izabel e sua família, e ciente das consequências da negligência no diálogo com estes sujeitos, propôs à Diretoria de Patrimônio a construção de outros caminhos de constituição de um processo de negociação, que considerasse a interlocução franca e respeitosa entre a família, a comunidade e a prefeitura, com vistas a garantir o restauro tão almejado do casarão, sem prejuízo aos direitos da família à moradia e à memória da matriarca, Dona Izabel e sua relação com a casa.

O entendimento constituído ao longo desta trajetória de observação e escuta atenta à Dona Izabel é de que os elementos de memória, história e identidade social (POLLACK, 1992) que a edificação evoca estão profundamente associados às vivências destas famílias⁷ na casa. Era fundamental que elas fossem ouvidas e tivessem suas demandas consideradas, pelo menos nesse momento que oportunizava pensar coletivamente sobre os usos do espaço, condição

⁷ Além da extensa família de Dona Izabel, constituída pela geração de filhos, netos e bisnetos; outras famílias habitaram, simultaneamente o casarão.

importante para a própria elaboração do projeto de restauro. Além disto, percebeu-se que era necessário aprimorar a comunicação interna, entre os diferentes setores da Prefeitura.

A Casa do Beco tratou de mobilizar um fórum com participação de representantes de diferentes grupos e movimentos sociais da comunidade, além de representantes da família de Dona Isabel e, em algumas ocasiões, um representante da Diretoria do Patrimônio e outros setores da prefeitura, para que fossem discutidas, via reuniões presenciais ou virtuais, as questões pertinentes a este fórum – como, por exemplo, aquelas, referentes aos usos para o espaço. Este fórum, que teve lugar especialmente entre os anos de 2019 (antes, portanto, do início da Pandemia de Covid-19, ocasionada pelo Coronavírus) e 2021, defendeu ainda a existência no antigo quarto de Dona Isabel, de um memorial em respeito à sua história – o que foi ignorado durante a execução do projeto e solucionado, posteriormente, com a criação do memorial em outro quarto. Estabeleceu-se, ainda, que assuntos que dissessem respeito às negociações com a família, em relação ao direito à moradia, seriam tratados diretamente pela prefeitura com a família.

Fazendinha Dona Izabel, 2022



Fonte: CASA DO BECO, 2022

Este esforço conjunto pelo estabelecimento de um espaço de diálogo, diante dos significativos desafios que ameaçavam inviabilizar as obras ou realizá-las ao custo de uma grave agressão a direitos dos moradores da casa, resultou na realização bem-sucedida do restauro. Ao fim da obra, a Prefeitura realizou a entrega oficial do espaço à comunidade, em cerimônia marcando a transferência do Casarão à gestão da Associação Cultural Casa do Beco – decisão previamente dialogada com a comunidade e com os familiares de Dona Isabel, que concordaram com a adesão da Casa do Beco à proposta de gestão feita pela Prefeitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de mobilização da comunidade do Aglomerado Santa Lúcia, neste episódio, como é possível denotar do que foi apresentado, tem legado oportunidades de aprimoramento das práticas de produção de conhecimento e reconhecimento social sobre uma comunidade de favelas constituída historicamente e de maneira significativa em termos demográficos, por pessoas negras. A articulação interna e externa de lideranças dos movimentos sociais e culturais locais em torno do tombamento da Fazendinha, na década de 1990 e, mais recentemente da conquista da viabilidade da preservação desse bem, por meio das obras de restauro, desponta-se como uma possibilidade inspiradora, na lide com dificuldades que se apresentam às práticas de gestão do patrimônio.

Por meio dela, os poderes públicos foram acionados e instados a não ignorarem os potenciais de eficácia das práticas dialógicas de gerenciamento de situações que envolvem interesses conflitantes em diferentes dimensões, como os que caracterizavam as relações entre a comunidade do Aglomerado Santa Lúcia, a Prefeitura e as famílias moradoras da Fazendinha.

A adoção, por parte dos agentes responsáveis pela implementação da política de proteção ao patrimônio, de postura conciliadora e atenta ao respeito aos direitos coletivos e também individuais associados ao direito à memória e ao usufruto do patrimônio pelas coletividades (SIMÃO, 2016), precisam ser expandidos, constituindo uma conduta que pode gerar resultados eficazes que repercutam na construção de cidades transformadas pelo respeito e reconhecimento às experiências de grupos sociais que fundamentam a própria existência das sociedades do presente, a despeito da sistemática agressão aos seus direitos mais primordiais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos Subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte*. 2006. 443 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2009.
- ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE (ACPBH). *Mapa da Fazenda do Capão elaborado pela Comissão Construtora da Nova Capital*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, s. d.
- BELO HORIZONTE. Prefeitura. Secretaria Municipal de Cultura. *Processo 01 004 713 9649–Casarão da Barragem Santa Lúcia*. Acervo da Diretoria de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.
- BORSAGLI, Alessandro. *Arraial de Bello Horizonte: a Ruralidade da Nova Capital de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Clube dos Autores, 2020.
- CASA da Fazendinha. Produção: Projeto Memória, Oficina de Imagens, et. al. Belo Horizonte: Projeto Memória, 2005. DVD (7min.), son. color. In: *KIT Memória*. Belo Horizonte: Projeto Memória, 2005.
- CASA DO BECO. Visita do Secretário Municipal de Cultura e do Presidente da Fundação Municipal de Cultura à Fazendinha, Belo Horizonte: *Acervo Fotográfico da Casa do Beco*, 2018.
- CASA DO BECO. Fazendinha Dona Izabel, Belo Horizonte: *Acervo Fotográfico da Casa do Beco*, 2022.
- CASTRO, Maria Angela Reis. *Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte*. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Gerência de Patrimônio: Belo Horizonte, 2006.
- CONTÃO, Camila Cristian. *A Memória da Presença Negra nos Horizontes da Cidade: O Festival Internacional de Artes Negras – FAN (1995)*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação). FaE/UFMG. Belo Horizonte, 2022.
- CRUZ, Marcia Maria et. al. *(Re)Vista da Laje*. Belo Horizonte: O Lutador, 2007. 46 p.
- HUYSSSEN, Andreas. Os direitos humanos internacionais e a política da memória: limites e desafios. In: *Culturas do passado-presente: modernismo, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014, p. 195-212.
- LE GOFF, Jacques. *História & Memória*. Editora Unicamp, Campinas (SP): 2013.
- PEREIRA, Josemeire Alves. *Para Além do Horizonte Planejado: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (séculos XIX e XX)*. 2019. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2019.
- PEREIRA, Josemeire Alves. *O Tombamento do “Casarão da Barragem” e as representações da favela em Belo Horizonte*. 2012. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2012.
- PEREIRA, Josemeire Alves. Conhecimento e Transgressão na favela: trajetórias e experiências de moradores do Aglomerado Santa Lúcia. In: SILVA, Cidinha da. (Org.). *Africanidades e*

Relações Raciais: Insumos para Políticas Públicas na Área do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas no Brasil. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura, 2014, p. 81-93.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Tradução de Monique Augras. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 22, janeiro, 2023.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Diferentes olhares sobre a preservação das cidades: entre os dissensos e os diálogos dos moradores com o patrimônio*. 2016. 266 p. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. p. 211-234.

TASSINI, *Verdades históricas e pré-históricas de Belo Horizonte antes Curral Del Rey*. Belo Horizonte: s. n., 1947.

AGRADECIMENTOS

À minha estimada Orientadora Maria Cristina Rocha Simão, cuja prática docente apaixonada e plena de excelência nos inspira profundamente o gosto pelo aprendizado.

À Profa. Gabriela de Lima Gomes e ao Prof. Alan Ozziel da Silva Pires, por aceitarem tão prontamente participarem da banca de avaliação deste trabalho.

A toda a equipe de profissionais da Associação Cultural Casa do Beco e, em especial ao Doni Oliveira, à Janete Pinheiro, à Maisa Silva e ao Nil César, com quem partilho a instigante “missão” de gestão dessa instituição que promove tantas transformações em nós, na comunidade do Aglomerado Santa Lúcia, na cidade de Belo Horizonte.

Agradeço também a todas/os as/os professoras/es do Curso de Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural e a todas/os funcionárias/os do IFMG-Ouro Preto.

E todas/os colegas e, em especial à turma do “GilTur” – Gilson Camilo, Lucas Moraes, Luciana Bonuti, Maria Clara Lara Ferreira –, que trouxe a leveza do riso e da amizade às, por vezes difíceis, idas e vindas de Belo Horizonte a Ouro Preto, durante o curso.

Em 2022 fui contemplada pelo Prêmio IFP Alumni Award, que possibilitou o custeio parcial das despesas com as viagens, alimentação e estadia em Ouro Preto, durante o curso. Sou grata!

DADOS DAS AUTORAS

Nome: Josemeire Alves Pereira

E-mail: josemeire.hist@gmail.com

Link do currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8040311737493589>

Minicurrículo profissional e/ou acadêmico:

Doutora e Mestre em História (UNICAMP), e Licenciada em História (UFMG). Pós-Graduada em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural (IFMG-Ouro Preto). Integra as equipes gestoras da Associação Cultural Casa do Beco e do Projeto "Passados Presentes: Patrimônios e Memórias Afro-Indígenas em Minas Gerais" (UFJF-Cnpq). Foi co-curadora das exposições "NDÊ! Trajetórias afro-brasileiras em Belo Horizonte" (MHAB - 2018 a 2020), com Simone Moura, e "Palácio da Liberdade, Leituras Negras"; (IEPHA-MG/APPA-Arte e Cultura - 2019); além do Ciclo de Debates e Performances N'KANDA: Patrimônio Afrodiaspórico em Minas Gerais (IEPHA-MG/APPA-Arte e Cultura - 2020) - ambos com Lisandra Mara Silva. Integra o Grupo de Pesquisa Africanidades BH - EAD-UFMG; a Coordenação GT-Emancipações e Pós-Abolição - ANPUH, e a Rede Nacional de Historiadorxs Negrxs.

Nome: Maria Cristina Rocha Simão

E-mail: cristina.simao@ifmg.edu.br

Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2289624826817384>

Minicurrículo profissional e/ou acadêmico:

Possui graduação em Arquitetura pela Universidade Federal de Minas Gerais (1983), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000) e doutorado em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em Urbanismo - PROURB/UFRJ (2016). Professora Titular do IFMG Campus Ouro Preto, atua no Curso Superior de Tecnologia em Conservação e Restauro desde 2006 e no Curso de Especialização em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural, que coordenou de 2018 a maio/2022; foi Diretora de Graduação e Pós Graduação de agosto de 2009 a junho de 2013. É pesquisadora do Laboratório de Direito Urbanístico - LADU/ UFRJ. Foi Diretora de Promoção e Extensão da Fundação de Arte de Ouro Preto, professora na Faculdade de Arquitetura da Universidade FUMEC, em Belo Horizonte, sócia da empresa Gratiae Urbs Consultoria e técnica em preservação arquitetônica do IPHAN por 12 anos. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Preservação do Patrimônio Cultural em Núcleos Urbanos, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão e planejamento urbano, preservação do patrimônio cultural, conservação e restauração, diretrizes para intervenções urbanas e sua interseção com planejamento da atividade turística.